



FASE PROPEDÊUTICA DA COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA UMA VIA PARA O SUCESSO

Isaura DAS DORES GOMES DE SOUSA
Maria Jacinta da SILVA MOURA

RESUMO

“No Homem, só é firme e estável, aquilo de que se embebe a 1ª. Idade”. (Coménio, p.131)

Ontem como hoje permanece firme esta convicção. É, realmente, nos primeiros anos de aprendizagem que se centra uma boa parte do sucesso educativo/escolar dos nossos alunos.

Sucesso que não se promove combatendo o insucesso mas, e acima de tudo, acompanhando a par e passo o progresso, numa caminhada de avanços e recuos, que cada qual é capaz de realizar de acordo com o seu próprio ritmo.

Sucesso educativo que passa, necessariamente, pela descoberta dos seus próprios valores, assente no desenvolvimento da personalidade que ultrapassa os meandros de uma escola divorciada da realidade, para se situar no labor de uma socialização consciente e apurada.

Socialização que, começando no seio familiar, se vai alargando, com maior ou menor acutilância, na fase correspondente à entrada da criança nos jardins de infância e/ou escolaridade obrigatória.

Considerada esta a 1ª. fase de aprendizagem coincidente, segundo Piaget, com o começo do processo de adaptação “importa que a criança adquira os instrumentos básicos do conhecimento, desenvolvendo sobretudo a linguagem oral, a psicomotricidade e as relações espaço-temporais o que se consegue ... sobretudo pelo cumprimento das «*actividades iniciais*». (Madaleno, p. 23)

Actividades que irão aparecendo entrosadas nas diferentes áreas programáticas suportadas pelo **acto lúdico** tão do agrado da criança.

É destas actividades designadas, também, por alguns autores por «*propedêutica da leitura e da escrita*» que nos propomos dar o nosso testemunho, fruto de uma já longa caminhada construída ao longo dos anos através de uma experiência empenhada, consciente, responsável...

“O período dos três aos oito anos constitui um período decisivo do desenvolvimento de todas as crianças” (Ministério da Educação, p.7).

I — INTRODUÇÃO

É neste período infantil que pretendemos centrar o trabalho que nos propusemos realizar, não só, porque o consideramos, de certa forma inovador, mas, acima de tudo, pela necessidade de reflectirmos, em conjunto, sobre questões de índole **psicopedagógica** que urge repensar e assumir.

É este o período que corresponde à fase mais activa do seu despertar para o mundo que a cerca e para a cultura; é, igualmente, uma etapa de adaptação fácil a situações de comunicação, pelas múltiplas interacções que consegue estabelecer consigo mesmo, com o meio e com o outro; é, ainda, uma etapa onde as aprendizagens se processam de forma rápida, seja no que se refere ao comportamento, seja no campo das relações sociais.

A importância que reconhecemos a esta fase da vida assenta, sobretudo, no reconhecimento da facilidade de aquisição das técnicas de comunicação linguística e de cálculo, tão essenciais à participação activa na sociedade actual. Reconhecemos, ainda, que é nesta fase da infância que se criam, também, a igualdade de oportunidades e de possibilidades de expressão que, como indivíduo, necessita de cultivar e assumir, a fim de desempenhar, adequadamente e de forma relevante, o papel que lhe compete, como ser individual e social.

Como tal, cabe, de uma forma concreta, aos professores / educadores, em estreita cooperação com os pais, bem como com as restantes estruturas educativas, zelar, com o maior cuidado e atenção, pela educação das crianças dentro e fora das escolas. Será nesta responsabilidade partilhada, que a criança encontrará um ambiente sócio-afectivo seguro, propiciador do seu desenvolvimento global.

Nesta perspectiva, organizaremos o nosso trabalho, tendo em conta a importância reconhecida às actividades orientadas pelos «Jardins de Infância», à ligação que, directa e / ou indirectamente, se estabelece com a escolaridade sequencial, ao período de adaptação / integração da criança ao meio escolar / educativo, à importância da Família no desenvolvimento global da criança, bem com das redes intercomunicacionais que se estabelecem entre estas instituições – **Família / Escola**.

Faremos, ainda, uma passagem pelo programa do 1º. Ciclo do Ensino Básico, como um todo, para deixarmos algumas pistas de trabalho aplicadas no 1º. Ano de escolaridade, que constituirão, por certo, as bases do sucesso, não só no que se refere ao estudo específico da Língua, mas também a todo um desenvolvimento global que, assente no desenvolvimento de capacidades, se irá reflectir em todos os campos de aprendizagens.

II – METODOLOGIAS E PROCEDIMENTOS

I — Adaptação Da Criança Ao Meio Escolar

Tendo como suporte a teoria piagetiana Madaleno (s/d:21) define o sentido do termo adaptação como sendo o “equilíbrio entre a acomodação e a assimilação” (Madaleno, s/d:21).

Numa tentativa de uma mais clara definição, o citado autor, acrescenta que por “*acomodação*” se entende a acção do meio sobre o organismo, neste caso, concreto, o indivíduo; e por “*assimilação*”, o inverso, a acção do organismo / indivíduo sobre o meio (ibid.)

Na nossa perspectiva é nesta influência recíproca que a criança vai gerindo o seu tempo, limitando ou alargando o seu espaço, numa acção constante e permanente sobre o meio colocada à sua disposição. É ainda nossa convicção que quanto mais rico de estímulos for esse meio mais ricas serão as oportunidades de aprendizagens.

Por isso, cabe ao professor rentabilizar todos os espaços disponíveis, com base nos recursos criados e a criar, para que a criança possa agir e interagir com os diferentes materiais. Através deles poderá ir descobrindo as suas riquezas interiores, observáveis pelas exteriorização de atitudes, condutas, comportamentos, criando, assim, as condições favoráveis a aprendizagens, cada vez mais complexas.

Seja através de uma estruturação lógica, seja por meio de uma organização flexível, a fim de, por manuseamento sucessivos, poder gerir as modificações que o próprio material sugere como resposta às necessidades e interesses das crianças, compete ao professor criar todas as condições possíveis ao enriquecimento desse ambiente diversificado propiciador do desenvolvimento integral da criança.

Agir sobre o meio não é agir sobre a criança. É, bem pelo contrário, providenciar para que, num espaço e tempo de acção, as crianças encontrem os meios adequados à construção dos seus próprios saberes.

Mas, se o aspecto cognitivo e motor «vai ganhando força», também o afectivo / emocional vai encontrando uma certa estabilidade, na medida em que toda esta acção vai possibilitando a descarga de tensões acumuladas, tantas vezes sabe-se lá como ...

É que, numa acção conjunta — corpo / espírito — vai realizando contactos amistosos, estabelecendo laços afectivos, cada vez mais fortes, desenvolvendo capacidades relacionais consigo mesmo e com o outro que reverterão na apropriação de um clima pacífico, calmo, acolhedor.

1.1 – Integração da criança na escola

Ao desdobrarmos estes dois conceitos – adaptação / integração — fazemo-lo de forma interligada: em primeiro lugar, porque temos consciência da sua relação muito profunda; de seguida porque pretendemos ressaltar o papel que a família desempenha em todo o processo de adaptação da criança ao novo espaço educativo – escola.

Nesta fase etária, mais que em qualquer outra, cremos como extremamente necessária a intervenção dos pais / encarregados de educação na escola. Sem a sua presença nada se constrói da forma equilibrada.

As modificações que a escola irá imprimir, ainda que de forma gradual, na vida da criança terão que ser acompanhadas, em estreita colaboração, pela família. No que concerne ao aspecto intelectual e mesmo físico, essas modificações / transformações serão benéficas, não se duvida. Contudo, no campo afectivo / emocional – relacional a criança irá debater-se entre contradições e

diferenças produzidas pelo contacto com outras vivências completamente novas, desajustadas, tantas vezes, da realidade vivida e tida como certa até então.

A fim de evitar que no espírito da criança se cave um fosso entre escola e família será imprescindível que uma e outra entre em estreita colaboração, o que implica um conhecimento recíproco, tão profundo quanto possível, conseguido através das mais diversas formas de diálogo que há-de surgir dentro de uma natural normalidade, como natural será o interesse no sucesso educativo de que estas instituições – Família / Escola — são os primeiros responsáveis.

À escola compete o acolhimento e a aceitação das vivências de cada criança; à família cabe partilhar / compreender as regras construídas, na medida do possível, em conjunto, e aceitar as mudanças até onde forem inevitáveis e saudáveis.

É nesta «*cumplicidade educativa*» que pais e professores têm que unir esforços, a fim de, com coerência, poderem orientar os seus educandos sem a preocupação de lhes reprimirem influências estranhas, mas, em ambiente de abertura, de verdade, de firmeza, de confiança, de serenidade, poderem proporcionar a busca, sem grandes sobressaltos, da sua própria identidade.

1.2 – *Socialização da criança*

Partido do princípio de que a criança tem que crescer e ser pessoa, em sociedade, onde nem sempre a harmonia surge de forma clara, onde os conflitos se acentuam, tantas vezes, de maneira pouco correcta, importa permitir que seja a própria criança a participar, activamente, na resolução das situações impeditivas de «*prosseguimento linear*» nas relações que se estabelecem entre pares.

Numa sociedade onde as diferenças se acentuam cada vez mais, produto de um materialismo galopante, sentimos que as dificuldades de uma socialização serena e equilibrada são cada vez maiores.

É nesta fase de «*afirmação da personalidade*» que surgem as maiores controvérsias pelas lutas interiores que se travam entre o que se quer e o que se pode.

O poder competitivo alastra cada vez mais, o que gera desigualdades que nem sempre são aceites de bom grado. Cabe-nos, aqui, também, estabelecer uma certa distinção entre «poder competitivo» e «competição».

É do senso comum que a «competição» é salutar. Também nós assim o entendemos, desde que se considere dentro de certos limites. É o caso da «competição consigo próprio»: entendida como um esforço pessoal, ou mesmo grupal, ou colectivo, a «competição» será, não só salutar, como também desejável — «posso / consigo». Porém, se tomar foros de «*competição / concorrência desenfreada*» em termos de – custe o que custar / doa a quem doer – teremos que, pura e simplesmente, bani-la do nosso campo de acção.

A fim de atenuar a complexidade de todo este processo, reconhecemos como altamente favorável a criação de um ambiente educativo que “proporcione à criança oportunidades para interacções com outros indivíduos, interacções que levem à cooperação e à colaboração e não à concorrência. Esses intercâmbios devem ser incentivados entre crianças diferentes, de níveis diferentes, e entre a criança e o adulto” (Cunha, 1976:23).

A entrada na escola vem agudizar essas diferenças, pelo confronto entre o «eu tenho» e o «eu quero ter», entre o «se tu tens», também «eu posso ter» . A incapacidade de discernimento da criança e, tantas vezes do adulto, pode conduzir à disparidade de comportamentos e de atitudes, nem sempre aceitáveis numa sociedade que se pretende organizada. Compete, essencialmente ao professor / educador, suavizá-las, canalizando-as para novas formas de ser, de estar, de viver em sociedade ...

Díficeis estes «*primeiros*» momentos!...

Enquanto se conhece a maneira de ser de cada qual — criança, a forma como a família se comporta perante tal e tal situação, o estado de espírito, a abertura e a capacidade de compreensão do professor, o tempo passa e nem sempre se age de acordo com as exigências do momento.

Acrescem também os hábitos já formados ao longo dos tempos que antecedem a entrada na escola e que é necessário «*remediar*» com prudência.

Sabemos, ainda, que este período de vida coincide com uma fase de imitação do adulto, nem sempre possível: — «Se tu fazes, porque não posso eu fazer?»

— Que respostas? – **Calma e tempo...**

A paragem para, em conjunto / turma, ou individualmente / aluno, reflectir sobre todo o tipo de atitudes tomadas e a tomar, perante as múltiplas situações surgidas, será a forma mais aconselhável no caminhar permanente, pela oportunidade de reflexão momentânea, tantas vezes única, porque irrepetível.

Creemos que será desta forma, simples na aparência, complexa nos actos (proporcionando hipóteses de vencer as dificuldades que se vão aceitando como naturais) que se irá permitir, à criança, a possibilidade de se tornar um elemento integrado, responsável e bem aceite pelos outros.

Aliás, só com uma socialização de base, de acordo com as potencialidades e vivências de cada criança, em particular, e de todas, em geral, a escola poderá resistir...

2 – O Primeiro Ano De Escolaridade

A entrada na escolaridade, dita obrigatória, acontece, na maioria dos casos, aos seis anos. Contudo, aparecem, muitas vezes, crianças com cinco anos de idade.

Hoje, temos como certo que são múltiplas, muito diversificadas e diferenciadas, as aprendizagens que as crianças trazem para a escola. Cada qual portadora de um caudal de conhecimentos, produto de vivências distintas, nem sempre apresenta o mesmo grau / nível de desenvolvimento / aprendizagem.

Se, por um lado, se pode encarar como benéfico, por outro pode ser entendido como um entrave a uma caminhada sequencial gradativa.

Nem sempre isto serviu de ponto de partida, muito menos de reflexão.

Madaleno (o. c., p. 14) chega a afirmar que “o professorado enfrentou anos a fio a imaturidade e a impreparação da maior parte das crianças que iniciaram a aprendizagem sistematizada das matérias escolares, sempre com a preocupação de chegar ao fim”.

Daí que ainda hoje se sinta a pressão e a pressa, ora exercida pela família, ora proveniente da (in)segurança / (des)confiança do professor, pela (des)confiança no sistema. Enquanto isso, a criança vai pagando, mais no espírito, embora também no corpo, o preço elevado de hesitações e descrenças.

Como que a tentar suavizar esta situação, o referido autor, acaba por afirmar que o tempo que, porventura se «perde» na fase de preparação / propedêutica se virá a recuperar, posteriormente, pela adesão compreensiva às mais variadas formas de trabalho e às múltiplas aprendizagens que vão ocorrendo ao longo de toda a escolaridade sequente (ibid.).

2.1 – O papel dos jardins de infância

Se, por um lado, a frequência dos jardins de infância é algo de muito salutar no que se refere ao desenvolvimento global da criança, por outro vem criar umas certas complicações, se atendermos ao facto que nem a todas as crianças é dada a possibilidade de o frequentar.

Como tal, partem, desde logo, com oportunidades diferentes: os que frequentaram o(s) jardim(ns) de Infância e os que nunca tomaram contacto com outras formas de aprendizagem que não fosse as proporcionadas pela família e / ou pela comunidade de bairro.

Ao professor cabe (re)organizar todo o processo de aprendizagem dos seus alunos, por forma a prevenir possíveis desigualdades que, porventura, se podem traduzir em momentos de verdadeira angústia para ambas as partes.

Além disso, é necessário e urgente uma consciencialização, por parte dos professores / educadores, no sentido de que todo o percurso do jardim de infância não tem como objectivo primordial preparar a criança para a entrada formal na leitura, na escrita, ou no cálculo.

Assim o deixa claro o Programa do 1º. Ciclo do Ensino Básico, nos seus princípios orientadores, (p.5), ao referir que a prioridade dada ao “alargamento da rede de Educação Pré-Escolar permitirá, à maioria das crianças entre os três e os seis anos, a entrada no sistema escolar antes da frequência do primeiro ciclo da escolaridade obrigatória de três ciclos”. Acrescenta, ainda, que esta nova realidade – Jardim de Infância, se encontra vocacionada mais para o desenvolvimento de capacidades do que para a aquisição de conceitos programáticos, apelando para a “tomada de consciência deste processo de mudança para que vá sendo abandonado o hábito de os professores encarem este período ... como específico das iniciações à escrita e ao cálculo”(ibid.).

De qualquer forma é sintomático que as crianças que frequentaram o jardim de infância, de uma forma regular, trazem desenvolvido um leque de capacidades bem diferente daquelas que nunca tiveram a oportunidade de vivenciar experiências que, até pela possibilidade de socialização, lhes seriam de muita utilidade.

Há que salvaguardar, contudo, que o meio sócio-geográfico, sobretudo pela vida ao ar livre, pelo contacto com a natureza, introduz, nas vivências infantis, dados riquíssimos que constituem um forte manancial de aprendizagens que qualquer educador não pode desprezar ...

2.2 – O programa do 1º. Ano de Escolaridade

Integrado num Programa alargado aos quatro anos de escolaridade correspondentes ao primeiro Ciclo do Ensino Básico, o programa do primeiro ano de escolaridade revê-se na “concepção de uma educação integrada e em desenvolvimento a partir dos conhecimentos anteriormente adquiridos na fase de educação pré-escolar ou na vida familiar e na comunidade de origem de cada criança”, apontando-nos hipóteses de ligação muito adequada na série de actividades que nos propõe (Programa do 1º. Ciclo do Ensino Básico, p.5).

É, ainda neste âmbito que o mesmo apela para a necessidade de consciencialização desse contínuo educativo que, “não só facilitará uma concepção de educação integral e em desenvolvimento, como prestigiará a acção pedagógica neste ciclo” (ibid.).

Seccionado em diferentes áreas de saberes que se interpenetram numa complementaridade sem limites reconhece-se-lhe uma estruturação muito adequada aos diferentes anos de escolaridade sequencial. O aparecimento dos conteúdos surge de uma forma interligada ao longo dos quatro anos de escolaridade. As ditas áreas de expressão apresentam-se como potenciais inesgotáveis de desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da destreza corporal / manual ..

Prevendo o desenvolvimento global e harmonioso da criança, todas as actividades podem tomar a forma de **actividade lúdica**, dependendo muito da mentalidade de quem as orienta.

A credibilidade, juntamente com uma boa dose de inovação, podem transformar a escola no local aprazível onde dá gosto «aprender a aprender» ...

2.3 – As Actividades iniciais

Assim denominadas pela função que elas desempenham no processo inicial de ensino / aprendizagem, surgem, quase sempre, ligadas a situações de **jogo**. Não só por isso, mas também, serão elas, desde que devidamente estruturadas, o elo mais forte na adaptação da criança à escola, na sua integração, na sua socialização.

É por meio desta actividades que se pretende, ainda, que o aluno “se identifique como elemento participante e responsável no grupo em que vive e identifique os outros elementos no meio que o cerca pelo reconhecimento da relação de interdependência entre as pessoas e o meio ambiente e pela associação das pessoas à função que desempenham na sociedade” (Madaleno, o. c., p.23).

2.4 – Construção de conceitos

“É com o corpo que as crianças exploram, aprendem e reagem aos estímulos de meio ambiente. São os sentidos que recolhem o material com o qual se constróem as imagens mentais – não só visuais mas também tácteis, auditivas, ... – necessárias à **construção dos conceitos**.

A educação do corpo, do gesto, da audição, da voz, da visão, desenvolve nas crianças o campo das possibilidades de interpretar o mundo, de exprimir o pensamento, de criar” (Programa do 1º. Ciclo do Ensino Básico, p. 6).

A educação dos sentidos será, pois, a primeira forma, porque fundamental na aquisição de conteúdos e no desenvolvimento de capacidades, a que o professor vai atender, nesta primeira etapa da escolaridade, até porque quanto maior for o número e a qualidade das percepções sensoriais, colocados ao serviço das aprendizagens, mais rica elas se tornam.

As crianças têm necessidade de correr, saltar, jogar ... Têm também necessidade de realizar experiências sensoriais, de desenvolver o seu imaginário, de transpor plasticamente as suas sensações, de cantar, de jogar com os sons ...

Consciente destas necessidades, cabe, ao professor, organizar todo o ambiente educativo / escolar como forma de resposta à prática de actividades activas, diversificadas, significativas, integradas e socializadoras.

2.4.1 – A actividade lúdica

Será através do jogo, actividade natural nas crianças, que aprendem a relacionar-se e a comunicar com os outros. Assim e de uma forma agradável, irão desenvolvendo as suas capacidades, ao mesmo tempo que o seu controlo físico-motor vai encontrando as estruturas necessárias à construção de um equilíbrio emocional saudável. Sob a sua influência se adquirem as bases indispensáveis a qualquer aprendizagem, uma vez que se vai facilitando a progressão em actividades que exigem maior capacidade de atenção e de concentração.

Estas actividades têm sido frequentemente tratadas como secundárias, na formação da criança. Mais grave, ainda, quando são entendidas, apenas, como momentos de diversão. Sob o ponto de vista de muitos adultos elas representam, ainda, *«pura perda de tempo»*.

Não obstante elas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil, já que “a prática de actividades expressivas contribui declaradamente para a expressão da personalidade, para a estruturação do pensamento e para a formação do carácter” (Programas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, p.6).

O prazer e o gosto que as crianças manifestam ao realizar estas actividades levarão, progressivamente, o professor a proporcionar momentos em que se verbalizem experiências (comunicação oral / escrita), se combinem e organizem outras situações de aprendizagens (cálculo / raciocínio), contribuindo para uma maior interligação entre as diferentes áreas curriculares (interdisciplinaridade).

III — CONCLUSÃO

Na impossibilidade de focar todos os aspectos que se ligam a uma problemática tão complexa como é a da entrada no mundo da comunicação oral e escrita, tentámos, ainda que de forma uma tanto ou quanto superficial, abordar as componentes que consideramos primordiais numa fase de preparação que denominamos de **propedêutica**.

Foi um trabalho mais baseado nas nossas experiências pessoais, embora apoiadas por alguma bibliografia escassa, porque escassos são os estudos realizados no âmbito desta problemática.

Apoiadas num conhecimento mais empírico que científico, quisemos iniciar um trabalho a que queremos dar continuidade, também, no campo das nossas aprendizagens, através de uma auto-formação reflexiva, partindo de uma observação cuidada e atenta das reacções das nossas crianças às nossas propostas de trabalho e de acção.

Temos consciência que sabemos muito pouco, não obstante a caminhada já efectuada, e, acima de tudo, temos a humildade suficiente reconhecida no direito de continuar aprendendo a “atrnder com as crianças” (Cunha, 1976:88).

Focámos, ao longo deste trabalho aspectos fulcrais para crianças e adultos, incluindo nestes o próprio professor. Tentámos dar um acento relevante à importância da socialização / integração e adaptação da criança como via de sucesso pessoal e social; apontámos pistas de trabalho interdisciplinar, baseadas no valor das actividades lúdicas através das quais, crianças e adultos encontrarão na alegria, razões mais que suficientes para viver e ser feliz.

Não podemos terminar este trabalho sem referir o importante papel da investigação qualitativa tão bem apresentada por Lopez Castedo nas aulas do Curso de Psicopedagogia em Ourense – Faculdade de Humanidades – Universidade de Vigo, bem como a necessidade da sua implementação no terreno, pelos profissionais responsáveis pela educação das crianças desta fase etária de desenvolvimento.

Ela dará corpo a uma «nova didáctica» fundamentada por uma **psicopedagogia** adequada à realidade em presença.

Eis o desafio, no avanço para novas formas de acção, numa estreita colaboração, intercâmbio de fazeres e de saberes...

BIBLIOGRAFIA

- BARTOLOMEIS, Francesco (1971) *Introdução à Didáctica da Escola Activa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CUNHA, V. M. A. (1976) *Didáctica Fundamentada na Teoria de Piaget—a nova metodologia que veio revolucionar o ensino*. Rio de Janeiro: Forense –Universitária.
- GIRARD, Denis (1975) *Linguística Aplicada e Didáctica das Línguas*. S. Paulo: Editorial Estampa.
- GONÇALVES, Gabriel (s/d) *Didáctica da Língua Nacional*. Lisboa: Porto Editora.
- MADALENO, Artur (s/d) *NOVA DIDÁCTICA... PARA UM NOVO PROFESSORADO*. Venda Nova: Livraria Franco.
- MARQUES, Ramiro (1983) *Mudar a Escola – Novas Práticas de Ensino*. Lisboa: Livros Horizonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES, Direcção – Geral do Ensino Básico (s/d)
Perspectivas de educação em jardins de infância. Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Reforma Educativa (1990) *Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.*
Lisboa: Porto Editora.

VERSIANI CUNHA, M. A (1976) *Didáctica Fundamentada na Teoria de Piaget—a nova metodologia que veio revolucionar o ensino.* Rio de Janeiro: Forense –Universitária.